

FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (orgs.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liberlivro, 2009. 346 p.

Política educacional: gestão e qualidade do ensino, publicação organizada por Magda França e Maura Costa Bezerra, traz ao leitor o resultado do trabalho acadêmico de renomados pesquisadores educacionais, sendo a culminância de debates que ocorreram em conferências sobre política e administração da educação da Região Nordeste, em novembro de 2008, com a promoção da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). A obra é dividida em cinco temas compostos por 14 artigos, tendo por objetivo apresentar uma análise crítica sobre políticas públicas e gestão da educação, com foco na melhoria da qualidade do ensino.

O primeiro tema, “Gestão escolar e qualidade do ensino”, reúne quatro ensaios que abordam, em linhas gerais, a importância da gestão escolar, enquanto política pública, para a qualidade do ensino. De forma pertinente, a discussão tem início com o trabalho de Alda Maria Duarte Araújo, que analisa o conceito qualidade da educação enfatizando que a busca pela qualidade não é algo novo, sendo marcada historicamente por políticas educacionais e pela luta dos educadores. Suas análises evidenciam, no âmbito da nova gestão pública, o modelo gerencial de organização do Estado, em que a avaliação se situa na função controle do processo administrativo, manifestando-se na educação através dos sistemas de avaliação que buscam medir os seus resultados e os índices de qualidade. Araújo considera as avaliações ex-

ternas focadas no produto como insuficientes para analisar a melhoria da qualidade da educação. A autora conclui que o controle das políticas e um novo dimensionamento do conceito qualidade devem ocorrer via gestão democrática da escola básica.

José Avelino Costa, da Universidade de Aveiro, Portugal, apresenta investigação sobre a relação entre gestão da escola e qualidade do ensino a partir de modelos organizacionais de escola projetados no futuro. A fundamentação para tal incursão é creditada a estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre os cenários da educação e da escola nas próximas décadas. Tal estratégia se faz pertinente por permitir uma reflexão que tenta responder a questionamentos atuais sobre o futuro da educação. Como alternativa para superar a lógica burocrática e de mercado que contaminam a escola, Costa propõe uma inovação pela perspectiva da reescolarização, que aponta para a valorização da escola em todas as dimensões. Para isso, segundo ele, é preciso reformas consistentes, sustentadas pela dinâmica social e não pelo mercado globalizado.

Entre as variáveis que precisam ser consideradas para a compreensão da qualidade do ensino está a gestão escolar. Assim, se impõe a necessidade, entre outras, de políticas de formação de qualidade dos educadores e gestores escolares, bem como de promoção de condições dignas de trabalho.

Outro aspecto tratado no primeiro eixo refere-se ao ciclo de políticas e ao papel desempenhado pelos agentes que atuam em cada fase, sendo evidenci-

ada a distância existente entre a formulação e a implementação das iniciativas de políticas públicas. Benno Sander, Presidente da ANPAE, que assina o prefácio e um artigo do eixo, analisa tal discrepância e propõe uma compreensão integrada da elaboração e execução de políticas públicas como partes da gestão democrática da educação.

Não basta que a qualidade do ensino esteja na agenda dos formuladores de políticas públicas, é preciso a implementação de ações que a viabilize. Ou seja, romper a barreira existente entre o plano legal e o real, entre o discurso e a prática, entre o pensado e o realizado.

No segundo eixo temático discute-se a gestão do conhecimento escolar a partir da análise das diretrizes políticas que orientam o currículo nacional e suas implicações no contexto escolar, entendido como um espaço de diversidade e complexidade das relações compreendidas no processo ensino-aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os Parâmetros em Ação, representam a prescrição curricular da União. Mais do que orientadores do trabalho pedagógico, são instrumentos de controle a serem aferidos pelo SAEB e, a partir de 2005, pela Prova Brasil. Portanto, restringem a autonomia e a identidade da escola na seleção de conteúdos, além da dimensão criativa do conhecimento em que os discentes são sujeitos produtores.

Buscando romper com o paradigma de organização escolar baseado na produtividade, Maria da Salete Barboza de Farias apresenta um modelo de gestão escolar pluralista e multicultural, fundamentado-se num

paradigma organizacional flexível, em que o gestor escolar é o líder sensível e a escola é o espaço mediador do processo de transformação democrática.

Aprofundando o debate, o eixo “Gestão educacional: contextos e desafios” traz um ensaio, de mesmo título, sobre os impasses históricos somados aos atuais, que concorrem para delinear o cenário presente, onde emerge a necessidade de políticas públicas que incidam na gestão e na qualidade do ensino. Alcançar tal propósito demanda trabalho contínuo e coletivo hoje que, certamente, refletirá em êxitos e novos desafios no futuro.

Segundo o ensaio de Antônio de Cabral Neto, a reforma do Estado brasileiro, consolidada no final do século XX, ao propor o modelo gerencial para a administração pública, como forma de melhorar o desempenho e modernizar o governo, não se adéqua a esse âmbito, nem ao da gestão escolar. Tal crítica está fundamentada na inspiração do gerencialismo do setor privado, que foca a relação custo-benefício manifestada na trilogia insumo-produto-lucro. Nesse novo modelo de gestão observa-se uma mutação de conceitos, em que autonomia, descentralização e participação tornam-se estratégias de gerenciamento para a modernização escolar.

Principalmente na educação, mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade não é uma tarefa precisa, pois o processo educacional transcende os muros e o tempo escolar, se estendendo por toda a vida dos sujeitos.

Para encerrar os debates do eixo, é apresentado um estudo de caso do sistema municipal de ensino de Natal/RN, que aborda os desafios das políticas edu-

cacionais para a melhoria da qualidade da educação.

O eixo IV aborda um conteúdo fundamental e, ao mesmo tempo, controverso: as políticas e programas relativas ao financiamento da educação básica. Para alcançar a melhoria da qualidade do ensino – um dos pilares da obra – a garantia de recursos é ponto basilar. Em tempos de crise econômica mundial, o ensaio de Luiz de Sousa Júnior faz-se pertinente para compreender seus possíveis impactos no financiamento da educação e o contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Como instrumento norteador da política educacional, referenciado nos modelos de planejamento estratégico empresarial, evidencia-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A despeito de suas bem justificadas razões e princípios, é importante compreender, especificamente, que na ação PDE-Escola há uma objetivação da gestão que não comporta toda a complexidade da prática educacional. Definir missão, visão, valores, objetivos, metas e atividades, apesar de contribuir para uma maior sistematização do trabalho de gestão, solidifica algo que é dinâmico. Nesse sentido, é preciso avançar na elaboração de um modelo mais flexível de planejamento.

Magna França, no décimo segundo ensaio da obra, apresenta o Plano Nacional de Educação (PNE), o PDE e o Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe como diretrizes políticas que priorizam a qualidade da educação. A autora destaca as mudanças previstas nos modelos de gestão e

financiamento, em que através do PDE-Escola há uma descentralização de recursos diretamente para as escolas, tendo como indicador o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Embora essa descentralização seja um ganho significativo para a gestão escolar, a autora ressalta os limites previstos para cada item financiado, indicando os limites da autonomia prometida.

O último eixo refere-se ao ensino médio e educação profissional, sendo composto por dois artigos em que os autores abordam os desafios e perspectivas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do ensino médio integrado ao profissional. Como conclusões aproximadas, apresentam a necessidade de uma formação integral de qualidade, em suas dimensões científica, tecnológica, humana e cultural, bem como a valorização dos profissionais da educação.

Nesta obra, o diferencial da abordagem da qualidade enquanto dimensão *sine qua non* da política educacional, reside na adoção da escola como *locus* desta produção. Prevalece a busca pelo entendimento da qualidade e da complexidade que a envolve. Tal perspectiva torna-se possível porque é a reflexão de educadores sobre a política educacional, e não posicionamentos externos que se propõem a criar instrumentos que busquem medir sua qualidade.

Em oposição à visão técnica e mercadológica da administração pública, os autores apresentam propostas que consideram a dimensão sociológica, histórica e cultural da gestão democrática da escola, pois é neste contexto que são geridos processos de qualidade. De modo mais preciso, a alternativa é que

os educadores que acreditam e lutam pela gestão democrática assumam a tarefa de conscientização e crítica às atuais políticas, fazendo da autonomia, participação e democracia, em sua essência, pilares para a melhoria da escola pública.

Considero que, mais do que estar presente na agenda governamental e em planos e programas, a educação pública precisa de recursos correspondentes à sua importância como sustentáculo de uma nação mais justa e desenvolvida social, cultural e economicamente. Política educacional com foco na gestão e qualidade da educação só é possível com um aumento significativo de investimentos, na ordem de 7 a 8% do PIB, como sugere Dermeval Saviani e o próprio Minis-

tro da Educação, Fernando Haddad, citados na obra.

O tema e sua abordagem, não apenas desperta à reflexão, como induz o leitor a se posicionar enquanto cidadão crítico e consciente, que pode deliberar sobre seus direitos, participando dos processos de gestão das políticas públicas, dentre as quais a educação. Portanto, esta obra é de indispensável leitura para graduandos, pós-graduandos, docentes, pesquisadores, gestores e agentes políticos que se dedicam à educação.

Cássia do Carmo Pires Fernandes

Professora Substituta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa